

RELATORIO ANUAL DE QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA

CASAN - COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO

AGÊNCIA DE: **IBIRAMA - SC**

Responsável legal: Diretor Presidente – Eng. Roberta Maas dos Anjos

As informações complementares sobre a qualidade da água distribuída e os demais serviços disponíveis à comunidade encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.casan.com.br, no escritório:

Escritório Central:

Rua: 25 de Julho, 831 - Centro

CEP: 89140-000

Fone: (0xx) 47 3357 2178

Laboratório Regional Rio do Sul:

Rua: Ernesto Feldmann, s/n – Laranjeiras

Rio do Sul – SC

CEP 89160 000

Fone: (0xx) 47 3521 4801

Caro cliente, a água disponibilizada na sua cidade tem como Órgão Fiscalizador a Secretária Municipal da Saúde/ Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, localizado no endereço:

Vigilância Sanitária: Rua Dr. Getúlio Vargas, nº 70

3º andar

Bairro - Centro

CEP: 89140-000

Email: visa@ibirama.sc.gov.br

Fone: (0xx) 47 3357 8512

No município de Ibirama, a captação de água bruta é realizada no Rio Sellin, manancial pertencente à Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí do Norte. A unidade de tratamento é compatível com a classe em que se enquadra o manancial (classe 2).

A nascente é parcialmente protegida por mata nativa e capoeirões, com áreas de desmatamento e plantações de Pinus/Eucalipto; seu leito tem suas margens protegidas por mata ciliar. Em períodos de estiagem ocorre queda de vazão.

Fontes de possível contaminação: dejetos domiciliares, criação de peixes, porcos, bovinos, cultura de arroz, fumo, milho e aipim.

A legislação que regulamenta a classificação do manancial é a Resolução CONAMA Nº 357/2005, tendo como órgão ambiental estadual responsável pelo seu monitoramento o Instituto do Meio Ambiente – IMA, através de suas Coordenadorias de Desenvolvimento Ambiental – CODAM.

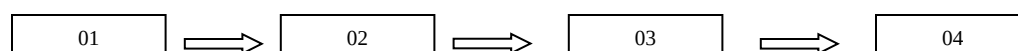
CODAM/RSL – Coordenadoria de Desenvolvimento Ambiental de Rio do Sul
Rua Rocha Pombo, 108 – Bairro Eugênio Schneider, Rio do Sul – SC, CEP 89167-009

Fone: (47) 3526-3248 ou 3526-3249

E-mail: riodosul@ima.sc.gov.br

TRATAMENTO APLICADO NA ÁGUA DISTRIBUÍDA

O processo de tratamento aplicado para potabilização da água distribuída na região urbana do Município de Ibirama consiste de uma ETA (Estação de Tratamento de Água) tipo tratamento completo/Convencional, que consta das seguintes etapas:



1. Captação e adução- sistema de bombeamento da água bruta do manancial até a Estação de Tratamento.

2. Processo de Clarificação (coagulação, floculação, decantação, filtração):

A coagulação é a adição de agentes químicos provocando formação de aglomerados gelatinosos que englobam as impurezas contidas na água. Em seguida ocorre a floculação, que é o aumento de volumes desses aglomerados. A decantação é a sedimentação dos flocos formados. Posteriormente, a água é filtrada para remoção dos flocos remanescentes das etapas anteriores.

3. Tratamento Químico: (desinfecção, fluoretação e correção de pH).

- Desinfecção: Etapa onde é adicionado cloro na forma gasosa para eliminar microorganismos que podem ser nocivos a saúde.
- Correção de pH: etapa onde é realizada a correção da acidez.
- Fluoretação: Etapa na qual o flúor é adicionado na água, para atuar na prevenção das cáries dentárias em crianças.

4. Distribuição e Reservação: Após tratamento a água é bombeada para o reservatório, e distribuída através de rede à população urbana do município.

| Resumo Anual da Qualidade da Água Distribuída | | | | | | |
|---|-------------------------------|----------------|--------------|----------|-------------------|---------|
| IBIRAMA | | | | | | |
| Meses/Ano | Parâmetros | Cloro Residual | Cor Aparente | Turbidez | Coliformes Totais | E. Coli |
| Jan/20 | Nº de análises realizadas | 38 | 38 | 38 | 38 | 38 |
| | Nº de análises fora do padrão | 0 | 1 | 2 | 1 | 0 |

| | | | | | | |
|---|--------------------------------|--------------------------------------|--------------------|--------------------|---------------------------------|--|
| | Nº de análises em conformidade | 38 | 37 | 36 | 37 | 38 |
| Fev/20 | Nº de análises realizadas | 38 | 38 | 38 | 38 | 38 |
| | Nº de análises fora do padrão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Nº de análises em conformidade | 38 | 38 | 38 | 38 | 38 |
| Mar/20 | Nº de análises realizadas | 38 | 38 | 38 | 38 | 38 |
| | Nº de análises fora do padrão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Nº de análises em conformidade | 38 | 38 | 38 | 38 | 38 |
| Abr/20 | Nº de análises realizadas | 38 | 38 | 38 | 38 | 38 |
| | Nº de análises fora do padrão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Nº de análises em conformidade | 38 | 38 | 38 | 38 | 38 |
| Mai/20 | Nº de análises realizadas | 38 | 38 | 38 | 38 | 38 |
| | Nº de análises fora do padrão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Nº de análises em conformidade | 38 | 38 | 38 | 38 | 38 |
| Jun/20 | Nº de análises realizadas | 38 | 38 | 38 | 38 | 38 |
| | Nº de análises fora do padrão | 0 | 2 | 1 | 0 | 0 |
| | Nº de análises em conformidade | 38 | 36 | 37 | 38 | 38 |
| Jul/20 | Nº de análises realizadas | 38 | 38 | 38 | 38 | 38 |
| | Nº de análises fora do padrão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Nº de análises em conformidade | 38 | 38 | 38 | 38 | 38 |
| Ago/20 | Nº de análises realizadas | 38 | 38 | 38 | 38 | 38 |
| | Nº de análises fora do padrão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Nº de análises em conformidade | 38 | 38 | 38 | 38 | 38 |
| Set/20 | Nº de análises realizadas | 38 | 38 | 38 | 38 | 38 |
| | Nº de análises fora do padrão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Nº de análises em conformidade | 38 | 38 | 38 | 38 | 38 |
| Out/20 | Nº de análises realizadas | 38 | 38 | 38 | 38 | 38 |
| | Nº de análises fora do padrão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Nº de análises em conformidade | 38 | 38 | 38 | 38 | 38 |
| Nov/20 | Nº de análises realizadas | 38 | 38 | 38 | 38 | 38 |
| | Nº de análises fora do padrão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Nº de análises em conformidade | 38 | 38 | 38 | 38 | 38 |
| Dez/20 | Nº de análises realizadas | 32 | 32 | 32 | 32 | 32 |
| | Nº de análises fora do padrão | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| | Nº de análises em conformidade | 32 | 32 | 31 | 32 | 32 |
| Nº de análises exigidas pelo Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 de 28/10/17 do MS | | 38 | 10 | 38 | 38 | 38 |
| VMP – Valores Máximo Permissíveis pelo Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 de 28/10/17 do MS | | 0,2 a 5,0 mg/L Cl₂ | Até 15,0 uH | Até 5,0 NTU | 1 amostra fora do padrão | Ausência em 100 mL em 100% das amostras |

O controle da água distribuída é realizado através de análises executadas em laboratórios próprios da CASAN e/ou terceirizados seguindo conforme o preconizado pelo Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 de 28/10/17 do Ministério da Saúde, sendo que no período todos os resultados foram satisfatórios, exceto em algumas amostras para os parâmetros Cor, Turbidez e Coliformes totais. Informamos que medidas operacionais foram tomadas para a correção do problema.

OBS: Os Síndicos ou administradores de condomínios deverão divulgar o presente relatório anual aos condôminos. (Art. 7º do Decreto 5440/2005).

Significados dos Parâmetros:

Cloro: agente químico utilizado para eliminar microorganismos.

Cor aparente: indica presença de substâncias dissolvidas que deterioram a qualidade estética da água.

Flúor: agente químico auxiliar na prevenção contra cárie dentária.

Turbidez: indica presença de partículas em suspensão na água.

Coliformes totais: microorganismos cuja presença na água não necessariamente representa problemas para a saúde.

E. coli: microorganismos indicadores de poluição fecal

Procedimento padrão: ajustes técnicos nos processos de dosagens dos produtos químicos e na remoção da água em desconformidade na rede de distribuição.

Lei 8078/1990 – Código de Defesa do Consumidor

Art. 6º - São direitos básicos do consumidor

Inciso III: a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de qualidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.

Art. 31 – A oferta e apresentação de produtos e serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam á saúde e segurança dos consumidores.

“Cabe a CASAN operar, manter e exercer o controle de qualidade da água dos sistemas de abastecimento sob sua responsabilidade, obedecendo ao art. 13º pelo Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 de 28/10/17 do Ministério da Saúde.”